

Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança

INTRODUÇÃO

As crianças são desejadas individual e socialmente porque, antes de mais, tornam possível a continuidade da espécie humana. Se deixasse de haver nascimentos, dentro de algumas dezenas de anos, a humanidade desapareceria.

Contudo, na óptica dos pais, não é só por esta razão que as crianças são valiosas. Para estes, as crianças são importantes, entre outras razões, porque proporcionam felicidade, companhia ou orgulho. Em algumas situações, a sua importância também pode advir do facto de estas serem potenciais meios de sustento ou segurança a partir do momento em que os pais já não os conseguem obter por si próprios.

Por outro lado, as crianças também têm um custo na medida em que representam uma parte importante nos gastos dos recursos familiares e podem, de certa forma, impedir os pais de certas actividades ou de aproveitar certas oportunidades.

Todos estes aspectos são genéricos e conhecidos de todos quantos se têm debruçado sobre os problemas da criança e da família numa perspectiva histórica, sociológica, económica ou demográfica.

Acontece, porém, que nos últimos anos têm surgido inúmeros trabalhos sobre o «valor e o custo económico da criança», ainda pouco conhecidos no nosso país. Várias são as razões que motivaram o desenvolvimento deste tipo de estudos. Explicitemos algumas:

Desejo de se conhecer melhor a relação pais-filho;

Necessidade de dispor de modelos que permitam otimizar os recursos monetários e racionalizar o tempo de uma família em relação a um determinado nível de vida;

Necessidade de se recolherem informações para a elaboração de uma política familiar, etc.

Contudo, em nosso entender, a razão fundamental que está por detrás deste grande interesse pelas questões teóricas e metodológicas relacionadas com «o valor e o custo económico da criança» reside na importância que este problema tem para o planeamento global dos recursos humanos.

Na realidade, o planeamento dos recursos humanos é tanto mais rigoroso quanto mais precisas foram as projecções demográficas. Por seu

turno, as projecções demográficas serão tanto menos falíveis quanto mais correctas foram as extrapolações da tendência das três variáveis microdemográficas fundamentais: mortalidade, natalidade e movimentos migratórios. Ora, como no caso dos países desenvolvidos se caminha para uma época em que os níveis da mortalidade e dos movimentos migratórios se tendem a estabilizar, a atenção dos investigadores concentra-se normalmente na evolução da fecundidade. Estamos, pois, perante um fenómeno novo: se outrora eram as grandes «crises de mortalidade», as migrações e o regime de nupcialidade que orientavam no fundamental a evolução de uma população, agora é a evolução da fecundidade a variável principal. Mais ainda, as suas variações não obedecem fundamentalmente a leis biológicas, mas são antes o resultado da acção consciente de milhões de indivíduos que, por meio da regulação da natalidade, racionalizam as suas atitudes perante a vida. Basta que mude o comportamento das unidades individuais para que mude o sentido de uma tendência, para a expansão ou para a contracção.

É pois na compreensão desta racionalização da fecundidade que os demógrafos se começaram a concentrar, deixando assim de andar somente à procura de técnicas de análise cada vez mais elaboradas e sofisticadas. Já há mais de dez anos que L. Henry¹ afirmava: «[...] é muito mais importante fazer uma análise correcta da situação, no domínio demográfico e nos domínios vizinhos, do que procurar métodos sofisticados de extrapolação e de projecção; sobretudo, não se deve acreditar que, pelo facto de se utilizar uma técnica matemática sofisticada, se obtém uma garantia de qualidade; o inverso é mais verdadeiro.»

Tal é também a nossa opinião. Para além das sofisticadas técnicas de projecção demográfica existe o correcto conhecimento da situação, ou, mais precisamente, da situação da fecundidade pelos motivos que já expusemos. A discussão das hipóteses de projecção do número de nascimentos não se pode pois limitar a uma questão de métodos. Temos de entrar no obscuro mundo da racionalização da fecundidade. O estudo dessa racionalização, numa perspectiva de demografia económica, chama-se o estudo do «valor e custo económico da criança». Outras perspectivas podem existir, nomeadamente a sociológica, mas, como a iniciativa de investigação neste domínio pertenceu aos demógrafos-economistas, as principais teorias sobre a fecundidade são de base económica.

Neste contexto, o trabalho que ora se apresenta não pretende ser nem uma investigação fundamental nem aplicada. Em nosso entender, não existem ainda condições para que tal possa ser feito.

Na realidade, em Portugal, na área das ciências sociais, têm predominado as investigações do «tipo adaptativo». Por outras palavras, acerca de determinadas ideias novas importam-se determinadas teorias e, com base nos dados disponíveis, procura-se tirar algumas «proposições evidentes» com consequências universalmente aplicáveis.

Semelhante caminho no estudo de problemas transdisciplinares revela-se perigoso. Achamos ser preferível, antes de mais, proceder-se a uma exploração teórica tão exaustiva quanto possível, em ordem não só a determinar os pontos de convergência e divergência, mas também a se conseguir propor um modelo de investigação perante um determinado problema concreto, passível de aplicação à realidade portuguesa.

Neste contexto, numa primeira fase, explorámos a bibliografia existente acerca deste problema. Em seguida, não só seleccionámos as teorias mais importantes, como procurámos, dentro do possível, reduzi-las às suas linhas fundamentais. Como não pretendemos propor nenhuma nova teoria, mas encontrar um modelo teórico que nos ajude a melhor compreender, numa óptica prospectiva, a evolução da fecundidade no nosso país, resolvemos fazer uma síntese do que nos pareceu ser o mais importante.

2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2.1 NOTAS PRELIMINARES

Qualquer estudo sobre a criança numa óptica demo-económica inclui necessariamente dois aspectos fundamentais: os custos e as satisfações que advêm do facto de se terem ou não filhos. Tanto um aspecto como o outro variam segundo as culturas, as sociedades, os grupos e os indivíduos e, obviamente, também segundo a perspectiva em que são encarados.

Assim, na perspectiva dos economistas, a utilidade de ter filhos é encarada comparativamente com alternativas competitivas, dentro de um quadro de distribuição de recursos limitados, considerando também o tempo disponível dos pais como um recurso limitado.

Na perspectiva dos sociólogos, esta questão tem sido normalmente encarada numa óptica institucional. Se entendermos por instituição uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas, os sociólogos têm procurado observar a influência que as modificações das atitudes perante a criança têm na evolução da estrutura familiar. Esta perspectiva tem sido partilhada pelos antropólogos ao analisarem as diferentes culturas nas atitudes perante a criança e o conseqüente reflexo nas instituições familiares.

Na perspectiva dos psicólogos, o aspecto principal encontra-se na satisfação de diversas necessidades dos pais ao terem filhos, dando particular atenção às mudanças verificadas no seu ciclo de vida, assim como ao contexto das motivações para sustentar e educar um filho.

Numa perspectiva histórica, ou, melhor, de demografia histórica, tem-se assistido, sobretudo a partir de 1950, a uma grande mutação: a passagem de uma história literária da família a uma história estatística. A descoberta do interesse dos registos paroquiais permitiu um melhor conhecimento das características demográficas da família e da criança no passado (idade no casamento, frequência dos novos casamentos, número de filhos por mulher, intervalos entre nascimentos, mortalidade infantil, etc.), bem como de outras características (ao nível profissional, de mentalidades, etc).

Paralelamente a estas diferentes perspectivas teóricas efectuaram-se alguns inquéritos no meio rural, donde se obtiveram algumas informações interessantes, das quais destacamos as seguintes:

As crianças nos meios rurais começam a participar em tarefas produtivas numa idade muito jovem;

As tarefas são atribuídas normalmente de acordo com o sexo, havendo assim uma distribuição de papéis que se torna cada vez mais pronunciada à medida que aumenta a idade;

Para os rapazes aumentam as responsabilidades como trabalhadores em actividades extradomésticas, enquanto as raparigas dedicam parte do seu tempo aos cuidados do lar;

Estes três aspectos têm grandes variações de região para região devido a diversos factores, como o estatuto socioeconómico do agregado familiar, o modo de produção, a extensão do período de escolaridade obrigatória, etc.;

O valor económico da criança em certos meios rurais é visto segundo duas perspectivas: a criança como trabalhador produtivo — sem remuneração ou deduções extra — e como única fonte de segurança na velhice para os pais. Deste modo, as despesas originadas pelas crianças mais jovens — os custos — são consideradas compensadas pelos benefícios que, a longo prazo, os pais esperam vir a obter.

Para além destas investigações empíricas no meio rural, sem dúvida que o estudo empírico mais importante foi o realizado nos EUA conhecido como «Value of Children Project (VOC)», no qual foram reunidas entrevistas de casais em 10 países, donde se obteve a seguinte classificação:

Principais valores positivos

Benefícios psicológicos

Felicidade; amor; companheirismo; evitar a solidão.

Benefícios económicos

Crianças ajudam o agregado familiar, na agricultura ou noutros trabalhos; segurança e sustento na velhice dos pais; carinho e apoio psíquico e psicológico.

Enriquecimento pessoal

Aprender com as crianças; tornar-se responsável e maduro; novos incentivos e objectivos na vida do casal; a sensação de se ser útil.

Identificação com as crianças

Sentir prazer no desenvolvimento e crescimento das crianças.

Coesão da família e continuidade

Complemento do casamento; continuidade do nome e tradições.

Principais valores negativos

Custos psicológicos

Preocupação com a disciplina e comportamento moral dos filhos e com a sua saúde.

Custos económicos

Despesas com a criação² dos filhos; custos de educação.

Restrições ou custo de oportunidade

Restrições na vida social, no lazer e nas viagens; perda de intimidade e de isolamento; restrições na carreira ou na mobilidade profissional; falta de tempo para satisfazer necessidades ou desejos pessoais.

Exigências físicas e psicológicas

Trabalho extra no lar; perda de sono, fadiga e aborrecimento.

Custos familiares

Menos tempo livre com o cônjuge; conflitos sobre o modo de educar os filhos; perda de afeição e interesse por parte do cônjuge.

² Por custos de criação de um filho entendemos as despesas de alimentação, vestuário, habitação, segurança, cuidados médicos e sanitários, educação escolar e todas as referentes a todas as outras necessidades da criança, despesas feitas única e exclusivamente com o filho.

Reconhece-se plenamente que as escolhas ou decisões individuais são feitas em contextos socioeconómicos diferentes e condicionadas pela experiência anteriormente adquirida pelos indivíduos. No entanto, são ainda consideradas como valores para famílias numerosas as relações de camaradagem (desejo de uma outra criança para acompanhar as existentes e principalmente desejo de evitar o filho único), preferências de sexo, sobrevivência das crianças (especialmente nas regiões com mais elevados índices de mortalidade infantil). Por outro lado, os que optam por famílias pequenas indicam como valores fundamentais a saúde da mãe e os custos para a sociedade (preocupados com o excesso de população, consideram que outra criança seria um fardo para a sociedade).

Dados comparativos sobre o «valor e custo económico da criança» têm sido utilizados para testar a teoria da transição demográfica. Segundo esta teoria, na fase pré-transição, a natalidade e a mortalidade equilibravam-se a elevados níveis. Quando começa a transição, numa primeira fase declina a mortalidade e em seguida (segunda fase) declina a natalidade. Por fim, na terceira fase, a natalidade e a mortalidade voltam a equilibrar-se, agora a baixos níveis. Se o declínio da mortalidade é normalmente devido ao progresso económico e social, o declínio da fecundidade parece estar associado a mudanças em valores específicos: diminuição do valor económico da criança e consequente aumento da importância do seu custo económico, aparecimento de valores psicológicos, como a camaradagem, etc.

Surge-nos assim, no interior da teoria da transição demográfica, uma teoria da transição do valor da criança. Entre a primeira e a terceira fase da transição demográfica assiste-se a um declínio na produtividade económica das crianças. Além disso, como a mortalidade infantil começa a diminuir, os pais tendem cada vez mais a investir psicologicamente nos filhos, ganhando em significado o relacionamento entre pais e filhos. Finalmente, são dados cuidados especiais às crianças, que simultaneamente adquirem um novo estatuto. A terceira fase da transição caracteriza-se por um declínio na função das crianças como suporte na velhice. Ao mesmo tempo, criar um filho torna-se psicologicamente dispendioso e os pais desenvolvem alternativas que competem com a criança em tempo e recursos financeiros. A criança torna-se querida quase exclusivamente pelas recompensas psicológicas que oferece. Todos estes factores agravam ainda mais o declínio da fecundidade. Esta nova perspectiva de se encarar a teoria da transição demográfica permitiu que autores como R. Easterlin, B. Turchi, J. Blake e R. Reppeto desenvolvessem teorias interessantes, cuja compreensão nos pode ajudar a encontrar o modelo teórico de investigação que mais se ajuste à realidade portuguesa. É da análise dessas teorias que nos ocuparemos fundamentalmente neste ponto. Antes de o fazermos, achámos que seria de todo o interesse tecer algumas considerações sobre os precursores neste tipo de estudos económicos de decisão da fecundidade.

2.2 OS PRECURSORES

A percepção de que a criança tem um valor e um custo económico é bastante anterior aos anos 60. Assim, autores como Burgess³, Waller⁴,

³E. W. Burgess, «The family as a unity of interacting personalities», in *Family*, n.º 7, 1926.

⁴W. Waller, *The family: a dynamic interpretation*, Nova Iorque, Holt, 1951.

Parsons⁵ abordam mais ou menos indirectamente esta questão; A. Sauvy⁶ vai mesmo mais longe ao desenvolver toda uma teoria do valor do homem para a sociedade segundo a idade. Contudo, este autor não desenvolveu um modelo específico para o assunto em análise.

É assim que a teoria original de Gary Becker⁷ continua a dominar uma grande parte dos estudos actuais sobre os aspectos económicos das alterações que se vêm verificando na dimensão familiar desejada e realizada. Embora não fosse ele o primeiro a utilizar a análise económica como forma de explicar estas modificações, passou a ser considerado como o iniciador de todo o movimento de estudos deste tipo, uma vez que o seu trabalho teve o mérito de apresentar pela primeira vez um modelo de base económica que lhe permitiu testar empiricamente as características da evolução da fecundidade.

O seu modelo é baseado na teoria neoclássica do consumidor. Parte da hipótese de que o casal actua em conjunto de modo a maximizar a sua utilidade ou satisfação e de que a criança é um bem de consumo. Este bem de consumo entra em competição com outros bens alternativos.

Assim, a função de utilidade, U , na sua forma implícita é a seguinte:

$$U = U(x, p, y)$$

onde x é o número de filhos, p é um índice que mede as despesas em «qualidade» de x e y é um índice de todos os outros bens.

Uma vez que o casal tem recursos limitados, a maximização da sua utilidade está sujeita a uma restrição dada por:

$$\alpha px + \pi y = I$$

onde α é um parâmetro que faz alterar o custo da qualidade de x na mesma percentagem, π é o preço de y e I o rendimento monetário disponível.

Em ordem a se poderem explicitar as condições de equilíbrio, vamos introduzir a restrição na função a maximizar:

$$L = U(x, y, p) + \lambda (I - \alpha px - \pi y)$$

As condições de 1.^a ordem obtêm-se derivando em ordem a x , y e p e igualando a zero as derivadas parciais:

$$\frac{\partial L}{\partial x} = U_x - \alpha p \lambda = 0$$

$$\frac{\partial L}{\partial p} = U_p - \alpha x \lambda = 0$$

$$\frac{\partial L}{\partial y} = U_y - \pi = 0 \rightarrow \frac{U_y}{\pi} = 1$$

⁵T. Parsons e outros, *Family, socialization and interaction process*, Glencoe Free Press, 1955.

⁶A. Sauvy, *La Population*, PUF, Paris, 1944. Mais tarde, as ideias foram desenvolvidas em *Théorie générale de la population*, 2 vols., PUF, Paris, 1963 e 1966, e posteriormente ainda em *Économie de la Population*, Lovaina, 1975.

⁷Gary S. Becker, «An Economic Analysis of Fertility», in A Conference of the Universities — National Bureau of Economic Research, *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton, Princeton University Press, 1960.

Chegamos então às seguintes condições de equilíbrio:

$$\frac{U_x}{\alpha p} = \frac{U_p}{\alpha x}$$

Assim, a utilidade marginal obtida ao gastar-se uma unidade monetária adicional no número de crianças (quantidade) deve ser igual à utilidade marginal obtida ao gastar-se uma unidade monetária adicional na sua qualidade.

Em linhas gerais, este é o modelo de G. Becker, que, conforme dissemos anteriormente, foi o primeiro a ser elaborado em estudos desta natureza.

No entanto, o seu pensamento foi sendo modificado com o evoluir do tempo. Se, inicialmente, pensava que os pais enfrentavam os mesmos preços para os bens e serviços utilizados na criação de um filho, mais tarde apercebeu-se de que, entre outros, o preço do tempo ou, melhor, o custo de oportunidade do tempo dedicado pelos pais a um filho pode variar. Entre outros factores, que podem motivar essa distinção, destacam-se: a educação e a ocupação do casal, o preço diferente para certos bens, devido, por exemplo, à existência de subsídios, etc. Apesar desta evolução, não modificou o ponto de vista de que os custos encorajam uma relação positiva entre o rendimento e a dimensão familiar desejada, ou seja, enfrentando os mesmos custos à medida que o nível de rendimento do casal aumenta, a dimensão familiar desejada também aumenta.

Sensivelmente na mesma linha de G. Becker, surgiram outros autores que fundamentalmente tiveram o mérito de introduzir novas facetas e perspectivas na aplicação da análise económica à fecundidade. Entre eles destacamos D. Freedman⁸ e J. Mincer⁹.

Deborah Freedman, sem grandes desenvolvimentos teóricos, tem, no entanto, o mérito de explicitar a ideia de que o custo da criança é influenciado por aspectos sociais e institucionais. Nesta medida, também é considerada uma pioneira.

Quanto a outro precursor, Jacob Mincer, sugere que os custos que entram na análise da fecundidade variam com o nível de rendimento. Estes custos incluem não só mercadorias e serviços directamente necessários à educação e criação dos filhos, mas também o custo do tempo exigido. O valor adequado deste tempo será o «custo de oportunidade da mulher casada», isto é, o seu salário potencial no mercado de trabalho. Assim, quanto maior é o salário potencial da mulher casada, maior será o custo da criança. Uma alteração no salário da mulher casada afecta a fecundidade por duas vias: ao possibilitar um aumento do rendimento potencial (efeito de rendimento) da família, tende a afectar a fecundidade positivamente; por outro lado, aumentando o custo da criança, aumenta o custo de oportunidade de cuidar dela, e então desencoraja a fecundidade (efeito de substituição). Ao tentar estimar a força dos dois efeitos, conclui que o

⁸ Deborah S. Freedman, «The Relation of Economic Status to Fertility», in *American Economic Review*, LIII, Junho de 1963.

⁹ Jacob Mincer, «Market prices, opportunity costs, and income effects», in Carl Christ (ed.), *Measurement in Economics: Studies in Mathematical and Econometrics in Memory of Yehuda Grundfeld*, Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1963.

efeito substituição adverso à fecundidade tende a ter um peso maior do que o efeito rendimento favorável. A verdadeira contribuição de Mincer está efectivamente em ter sido ele que explicitou a necessidade de se considerar o custo do tempo na análise da fecundidade, uma vez que origina um custo de oportunidade que afecta a dimensão familiar.

2.3 A TEORIA DE J. BLAKE¹⁰

Oito anos após o aparecimento do artigo pioneiro de G. Becker, J. Blake critica este autor, pondo como principal objecção teórica a não consideração explícita do contexto social que envolve a reprodução, o que dificulta seriamente a aplicação da teoria neoclássica do consumidor ao estudo da fecundidade. Existem constrangimentos institucionais e diferenças de estatuto social que impedem a racionalidade económica do casal.

Nunca como actualmente os casais foram capazes de controlar tão eficazmente a sua fecundidade. Sabendo que a mortalidade infantil tende a diminuir, que se processa um virtual decréscimo do valor das crianças como bens de produção ou como principal fonte de recursos para os pais na velhice, pressupõe-se que os contínuos avanços nas técnicas contraceptivas tornam a escolha deliberada um factor determinante cada vez mais importante.

Becker analisa o comportamento reprodutivo como resultante de um comportamento económico e, no contexto da teoria económica, trata a criança como um bem de consumo. Ora, para quase todos os bens de consumo duradouros existe uma elasticidade de rendimento positiva no que respeita à qualidade e à quantidade, ou seja, para mais elevados níveis de rendimento o casal adquire não só maiores quantidades de bens, mas também bens de melhor qualidade. Um aumento no rendimento viria aumentar quer a qualidade quer a quantidade de filhos desejada, considerando a criança como um bem de consumo normal. Quanto maior for o poder de compra, maior será a família desejada. Esta tese implica que, tendo todos igual acesso à contracepção, será invertido o modelo de fecundidade, existente desde longa data, em que os pobres têm mais filhos do que os ricos.

Para J. Blake, tudo isto estaria certo se ignorássemos o contexto social da reprodução. Becker limitou-se a fazer a analogia entre crianças e bens de consumo duradouros, a concentrar-se no papel «consumidor» *versus* «produtor» do casal, a desprezar o custo da criança, e não analisou o impacto na utilidade ou satisfação psicológica que o facto de ter um filho implica. Nas sociedades modernas, as crianças já não podem assemelhar-se àquilo que os economistas consideram ser um bem de produção, porque o custo líquido da criança já não é negativo, mas positivo, o que a coloca num lugar residual. Na medida em que, para a maioria dos pais, os filhos são uma fonte de rendimento psíquico ou de satisfação, na terminologia económica, passam a ser considerados como um bem de consumo, e não como um bem de produção.

Esta visão estritamente económica é inteiramente rejeitada por Blake. A equivalência entre «procura» de bens de consumo duradouros e «desejo» duma família com uma determinada dimensão não tem sentido. Como poderá o consumidor do bem de consumo «crianças» ter a flexibili-

¹⁰ Judith Blake, «Are babies consumer durables? A critique of the economic theory of reproductive motivation», in *Population Studies*, xxii, 1968.

dade de chegar a uma posição de equilíbrio óptima se não as pode alterar ou escolher?

A hipótese de se «alterarem» os bens de consumo no caso dos filhos é sociologicamente absurda. Se os pais chegam à conclusão de que a utilidade marginal que deriva de um filho adicional é menor do que a que obteriam com a aquisição de qualquer outro bem, não podem ajustar a situação. A irreversibilidade de se «tornarem pais» está implícita nas suas decisões de reprodução. No que respeita à soberania do consumidor em «escolher» a qualidade inicial e o tipo de bem que pensa vir a adquirir, isto é, poder deslocar-se a um mercado e escolher entre os produtos visíveis e verificar se a qualidade é a pretendida, também tudo se passa de um modo completamente diferente. Na verdade, a aquisição de filhos de uma determinada qualidade escapa completamente ao controlo de qualquer casal. O potencial consumidor encontra-se em vias de adquirir um bem que ele pode apenas «esperar» que lhe traga a utilidade que ele pretende, mas que, na realidade, pode vir a ter defeitos biológicos ou algumas qualidades que ele considere indesejáveis ou simplesmente não atractivas.

Os filhos não são apenas um meio de consumo dos pais, antes, pelo contrário, a sua existência obriga os pais a aceitarem muitas restrições que colocam as crianças a uma grande distância dos bens de consumo duradouros monetariamente adquiridos e normativamente indiferentes. Embora a procura para consumidores de bens de consumo duradouros esteja muito ligada ao poder de compra, a «procura» de crianças escapa à lógica económica. Em síntese, quando se tem em conta que o «desejo» de filhos pode ser influenciado, entre outros factores, por restrições biológicas e sociais, restam poucos motivos para acreditar que a procura de bens de consumo duradouros constitua um modelo teórico adequado ao estudo das preferências quanto à dimensão familiar óptima.

Quanto à relação entre rendimento e dimensão familiar, Becker defende a ideia de que os custos encorajam uma relação positiva entre o rendimento e a dimensão familiar desejada, como aliás temos vindo a afirmar. Ignora assim os custos indirectos, ou seja, as actividades alternativas nas quais os pais poderiam gastar os seus recursos, bem como outros factores socioculturais ligados à escolha da dimensão familiar. Em relação a este último aspecto, tem de se ter em conta o facto de os pais encontrarem dificuldades em separar o seu nível de vida próprio do das crianças. Quando se sobe na escala social, os padrões de qualidade tornam-se cada vez mais exigentes. Um maior rendimento pode implicar um maior desejo de «qualidade» da criança, e não um desejo de maior quantidade.

Em conclusão, para J. Blake, uma teoria da motivação da reprodução que nos permita analisar a evolução da fecundidade só o será se se entrar em linha de conta simultaneamente com os aspectos ligados à família em particular e à sociedade em geral.

2.4 A TEORIA DE RICHARD EASTERLIN

Easterlin¹¹, tal como a quase totalidade dos autores que nos dias de hoje se dedicam ao estudo deste tema, parte da teoria de G. Becker, intro-

¹¹ Richard A. Easterlin, «Towards a Socioeconomic Theory of Fertility», in S. J. Behrman, Leslie Corsa, J., e Ronald Freedman (eds.), *Fertility and Family Planning: A world view*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1969.

duzindo, no entanto, novas perspectivas. Basicamente, pressupõe que o comportamento da fecundidade é o resultado de escolhas no interior do agregado familiar, em que os recursos são ponderados pelas preferências.

Ao desenvolver alguns aspectos pouco aprofundados, ou até mesmo ignorados, por Becker, introduz algumas noções fundamentais, tais como o conceito de rendimento permanente do agregado familiar *versus* rendimento potencial, a avaliação do custo de oportunidade do tempo da mulher casada e o fenómeno preferências como determinante da fecundidade.

O rendimento observado num momento do tempo não pode ser considerado uma representação válida do conceito de rendimento relevante para as decisões do agregado familiar. Opta pela noção de rendimento permanente, que se baseia na noção do nível de rendimento a longo prazo. Expressa algumas dúvidas em atribuir uma relação de causa-efeito à associação inversa entre fecundidade e rendimento observado, excepto nos casos em que este possa ser considerado um indicador válido do rendimento potencial. Se o rendimento ou os gastos do agregado familiar diferem, as despesas por filho podem variar, mesmo que o preço ligado a cada quantidade potencialmente relevante seja idêntico para todos os agregados por que diferentes quantidades podem ser adquiridas. Embora as variações entre agregados familiares em despesas por filho possam reflectir diferenças nos preços que os agregados enfrentam, também podem ser devidas a diferenças nos rendimentos ou gastos, mantendo os preços constantes.

Já vimos anteriormente que um dos precursores — Mincer — introduz a noção de tempo na análise dos custos e que o custo desse tempo é avaliado de acordo com o custo de oportunidade da mulher casada, ou seja, o seu salário potencial no mercado de trabalho. Easterlin tem dúvidas a este respeito, visto que o melhor preço para relacionar com o tempo despendido na educação e criação de um filho não é o salário potencial da mulher casada. Isto porque, em alguns casos, uma parte substancial do trabalho de cuidar de um filho pode ser substituído por ajuda doméstica, no caso da existência de um irmão mais velho ou de creches diurnas gratuitas.

Para Easterlin, o maior obstáculo ao desenvolvimento de uma teoria socioeconómica da fecundidade está ligado à questão dos «gostos». O consumidor, a partir dum mapa de preferências, agrupa todas as possíveis combinações de bens e serviços que conduzem à sua satisfação; subjacente a cada combinação está uma avaliação subjectiva do valor em termos de satisfação para o agregado familiar. Ora, no que respeita a qualquer bem determinado, os agregados familiares não desejam necessariamente uma quantidade única e fixa. Consideram, pelo contrário, toda uma variedade de alternativas em termos de satisfação futura. Além disso, os «gostos» são relativos por natureza, e não absolutos. É pois na questão da formação dos «gostos» que muitas das variáveis da fecundidade realçadas pelos sociólogos entram em acção.

Uma das principais contribuições é pois a elaboração de uma teoria económica da fecundidade onde pela primeira vez se tem em conta o sistema de preferências de um determinado casal, num determinado momento do tempo. Este sistema de preferências é influenciado pela hereditariedade, cultura, experiência passada e diversas circunstâncias do momento. Para fins analíticos, os economistas normalmente justificam a hipótese das preferências constantes, porque, devido ao importante papel da acumulação de experiências na formação dos gostos, é provavelmente

correcto que mudem muito lentamente através do tempo. No entanto, o «gosto» não é um fenómeno económico em natureza, pelo que se torna necessário, numa análise da fecundidade que pretende ser correcta, chamar explicitamente a atenção para o fenómeno preferência e para os factores que entram na sua formação.

2.5 A TEORIA DE BOONE A. TURCHI¹²

Este autor desenvolveu uma teoria microeconómica da fecundidade enquadrada no contexto social e psicológico, no qual o casal toma a decisão sobre a dimensão familiar óptima desejada.

O seu trabalho, no entanto, é muito mais do que uma simples aplicação da teoria microeconómica do comportamento do consumidor à análise da fecundidade.

Na realidade, ao ter em conta não só esta teoria económica, mas também as principais objecções de carácter sociológico e económico que surgiram, procura elaborar uma teoria de síntese. Porém, não se limitou a enunciar os pressupostos da sua teoria socioeconómica. Explicita claramente um modelo heurístico passível de demonstração empírica, tal como tinha feito Gary Becker. Dada a importância desse modelo, pensamos ser conveniente apresentá-lo um pouco mais em detalhe.

Parte do princípio básico de que a fecundidade da maioria dos casais é o resultado de uma decisão consciente, de modo a enquadrar a fecundidade realizada dentro dos limites da fecundidade desejada. Esta decisão implica a afectação de recursos disponíveis e escassos (em termos de tempo e de rendimento) a um número de actividades competitivas que permitem a obtenção de satisfações psíquicas ao casal.

Considera ainda os seguintes pressupostos:

O modelo apresentado é estático, ou seja, a decisão tomada num momento do tempo é a decisão de equilíbrio da dimensão familiar a longo prazo;

Marido e mulher actuam de comum acordo, de modo a maximizar a sua utilidade conjunta;

Os casais não são considerados homogéneos, visto existirem factores sociais que modificam os seus gostos e preferências;

Ao admitir que marido e mulher actuam em conjunto para conseguirem uma dimensão familiar óptima, supõe a existência, por parte do casal, de um comportamento racional e estável.

As condições de plausibilidade deste pressuposto são as seguintes: o baixo custo da tomada de decisão, isto é, da informação com base na qual o casal decide; as estruturas sociais serem estáveis a longo prazo, de modo a permitirem que as expectativas que rodearam a tomada de decisão estejam bastante próximas dos acontecimentos futuros;

De acordo com a suposição anterior, de um comportamento racional, admite que os casais procuram adquirir a capacidade de controlar eficazmente a sua fecundidade.

¹² Boone A. Turchi, *The Demand for Children: The Economics of Fertility in the United States*, Ballinger Publishing Company, Cambridge, Mass., 1975.

Atendendo à importância deste último pressuposto na análise de evolução da fecundidade, achámos importante desenvolver o pensamento do autor neste aspecto específico. Assim, uma vez que a procura de relações sexuais existe inteiramente independente da procura de crianças, a gravidez pode ser muitas vezes uma consequência não pretendida do acto sexual. O grau de eficácia contraceptiva escolhido pelo casal pode ser considerado uma função dos custos económicos e psíquicos dum determinado método e das consequências de uma gravidez. Sempre que um nascimento não desejado ocorre, é porque o custo marginal de empregar um meio de contracepção mais eficaz excede o benefício marginal ganho com a redução da probabilidade duma concepção não desejada. Assim, as falhas contraceptivas não são consideradas consequências de um comportamento não racional, mas sim parte dum processo de decisão de fecundidade, devendo ser analisadas como tal.

No caso específico da eficácia contraceptiva parte da hipótese de que um casal, com informação perfeita acerca de todos os métodos de contracepção disponíveis, tende a minimizar a soma dos custos de evitar a gravidez (custos económicos e psíquicos = C_e) e dos custos esperados duma falha contraceptiva (também custos económicos e psíquicos = EC_f), num dado período crítico. Ou seja, minimiza:

$$C = C_e + EC_f \quad (1)$$

Se P_f for a probabilidade duma falha contraceptiva no período, o custo de evitar a gravidez, C_e , será uma função de P_f , isto é:

$$C_e = \gamma(P_f)$$

Se $C_{k,f}$ for o custo duma falha contraceptiva à paridade k , teremos então que:

$$EC_f = P_f \cdot C_{k,f} \quad (2)$$

Então a expressão (1) poderá escrever-se:

$$C = \gamma(P_f) + P_f \cdot C_{k,f}$$

A curva do custo de eficácia, C_e , será uma função decrescente e convexa de P_f , isto é, os custos esperados, EC_e , são crescentes com a probabilidade de eficácia contraceptiva, $(1 - P_f)$.

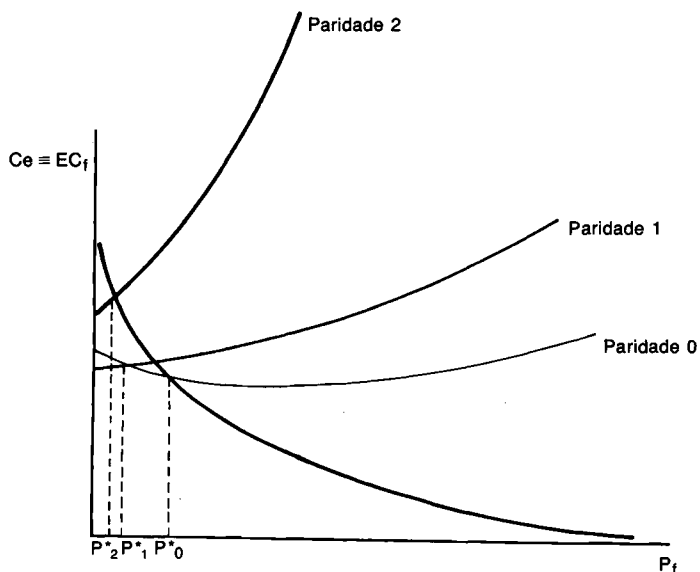
O custo mínimo obtém-se derivando a expressão (2) em relação a P_f e igualando a 0:

$$\frac{\partial C}{\partial P_f} = \gamma' + C_{k,f} = 0$$

Se o casal actua de modo a minimizar os custos de evitar a gravidez em relação com os custos de uma falha contraceptiva, podemos considerar duas hipóteses quando se trata da escolha de um plano óptimo de controlo: a eficácia contraceptiva e os custos estarem ou não intimamente relacionados.

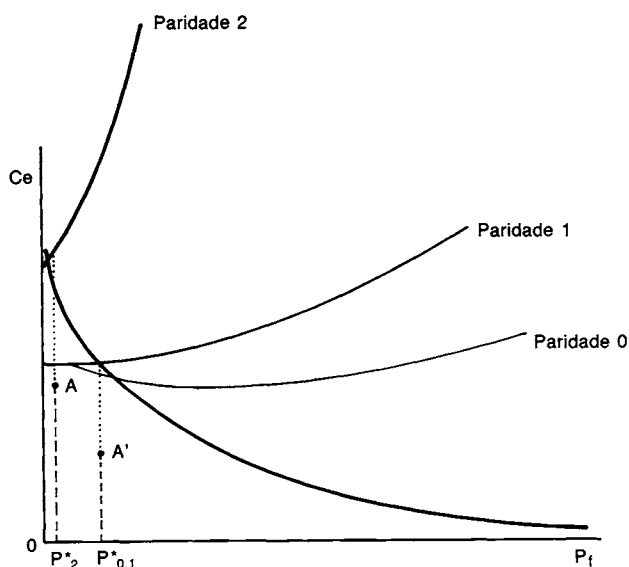
De acordo com a primeira hipótese, o custo mínimo para um dado casal, a uma dada paridade, pode ser considerado como a distância mínima entre a curva do custo de eficácia, (C_e , P_f), e a curva da falha contraceptiva para uma dada paridade, (EC_f , P_f).

Se o custo previsto duma gravidez não desejada aumenta com a paridade, em qualquer período, os casais que se aproximam da sua dimensão familiar desejada escolhem entre os meios contraceptivos disponíveis os mais eficazes, embora estes possam apresentar custos mais elevados. É evidente que o casal pretende reduzir a probabilidade de uma falha contraceptiva, P_f , à medida que vai aumentando o número de filhos. Por este motivo, quando se trata de escolher o método contraceptivo adequado, o casal decide-se pela combinação que lhe trará uma maior utilidade ou satisfação; neste caso, o valor mínimo de C_e vai aumentando com a paridade, pelo facto de também aumentar EC_f . Graficamente, podemos representar a escolha de um plano contraceptivo óptimo, de acordo com o número de filhos do casal, da seguinte forma:



Imagine-se, por outro lado, que o casal dispõe de dois métodos contraceptivos alternativos, A e A', que lhe garantem, a custos mais baixos, uma maior protecção contra uma gravidez não desejada do que outros métodos diferentes, mas igualmente disponíveis. O casal escolherá entre os dois o que lhe minimizar a soma $C_e + EC_f$, mesmo que não seja necessariamente o método com mais baixo custo. Isto é, mesmo que C_e apresente um valor mais elevado, o que motiva o casal na sua decisão é a minimização de EC_f . Por exemplo, à paridade 0 e 1, o casal escolheria o método A', mas

a partir do 2.º filho passaria a utilizar o método A, mais eficaz. Gráficamente, poderíamos representar esta situação do seguinte modo:



Isto é, se, numa segunda hipótese, a eficácia e o custo não estão estreitamente relacionados, para utilizadores eficazes, o atingir da dimensão familiar óptima coincide com a adopção de medidas eficazes, sendo o seu custo insignificante relativamente ao custo de um nascimento não desejado.

Estamos então agora em condições de estabelecer a função de produção e de determinar o custo da criança.

A decisão final, quanto ao número de filhos, baseia-se na experiência inicialmente adquirida quanto à criação dos filhos e nas perspectivas acerca das suas exigências em recursos. Assim, a função de produção, na sua forma implícita, poderá representar-se da seguinte forma:

$$\phi^s(k, x, t) = 0$$

sendo k o número de filhos; x , o vector representativo dos bens e serviços necessariamente utilizados na criação de um filho; t , o vector representativo do tempo dedicado pelo pai e pela mãe durante todo o período em que os filhos permanecem no lar; s , o índice representativo dum grupo de factores biológicos, psicológicos e normativos que determinam os parâmetros da função de produção para cada casal, grupo esse considerado fixo para um dado casal em particular.

Esta função de produção representa, para o casal, as expectativas da combinação mínima de tempo, bens de mercado e serviços necessários para criar um determinado número de filhos.

Quanto ao custo da criança, os pais escolhem o custo mínimo consistente com os seus padrões pessoais de comportamento. Assim, podemos considerar que o casal tende a minimizar os custos, que são dados por:

$$C = p \cdot x + w \cdot t$$

sujeito à função de produção anterior, $\phi^s(\bar{k}, x, t) = 0$.

Na expressão do custo, C representa o custo de oportunidade da criação de um filho; p e w são vectores representativos dos preços dos bens de mercado e do tempo dos pais respectivamente; k indica que o custo de oportunidade é minimizado para qualquer dimensão familiar, isto é, em termos económicos, que é usada a melhor informação do momento.

Por custo de oportunidade da criação de um filho entende-se o valor total dos recursos afectos a essa actividade. É igual à soma do custo da criança em termos monetários de desembolso familiar, $(p \cdot x)$, e do custo da criança em tempo, isto é, em termos de valor imputado ao tempo gasto com a criança, $(w \cdot t)$. A soma destes dois custos dá-nos a função do custo total. O custo total depende da dimensão familiar, dos preços e dos salários. Será dado em função de k , p e w :

$$C = C^s(k, p, w)$$

O custo médio pode ser representado por:

$$\frac{C}{k} = \frac{C^s(k, p, w)}{k}$$

sendo k , como dissemos anteriormente, o número de filhos. Finalmente, o custo marginal de uma criança é dado por:

$$\frac{\partial C}{\partial k} = C^s_l(l, p, w)$$

Porque se parte da hipótese de que existem rendimentos constantes à escala, o custo marginal iguala o custo médio e o «preço» de uma criança, P :

$$P = \frac{C}{k} = \frac{\partial C}{\partial k} = C^s_l(l, p, w)$$

Conclui-se assim que o «preço» ou custo de oportunidade de uma criança é independente da dimensão familiar, estando assim em oposição a G. Becker. O custo pode variar devido a diferenças ao nível de bens e serviços necessários por criança, a diferenças na função de produção observada, ϕ , ou porque os preços que os pais enfrentam para esses bens também variam. O tempo gasto na criação de um filho pode variar consoante a ocupação, a educação ou o sistema de preferências dos pais; consequentemente, também o custo de oportunidade do tempo poderá variar.

Estamos então em face de um problema de optimização sujeito a restrições. Começamos por estabelecer o conjunto de restrições, em termos de

recursos disponíveis, de modo a podermos propor a restrição orçamental total e em seguida determinar as condições de equilíbrio, de modo a maximizar a utilidade conjunta do casal.

O conjunto das restrições enfrentadas pelos pais quando da tomada de decisão constitui, como dissemos, a restrição orçamental total, que engloba as restrições em termos de rendimento e preços e de tempo disponível.

A restrição em termos de tempo é dada por:

$$t_k k + t_{OA} + t_{LF} = T$$

onde t_k é um vector representativo do tempo despendido por filho para uma determinada categoria de preços correntes, p , e salários, w ; k é o número de filhos; t_{OA} , um vector representativo do tempo dedicado a outras actividades não comerciáveis; t_{LF} , um vector representativo do tempo despendido no mercado de trabalho; T , o vector do tempo total disponível.

O valor do tempo interessa como um parâmetro predeterminado das restrições do orçamento intertemporal do casal, como uma medida de consumo decidida de antemão, no momento em que o casal se decide por um determinado número de filhos.

A restrição imposta pelo mercado é dada pela relação:

$$(p \cdot x) K + M = V + (w \cdot t_{LF})$$

onde $(p \cdot x)$ representa o valor dos bens de mercado por filho, a preços correntes; K é o número de filhos; M , o valor de outros consumos também a preços de mercado; V , indica o valor actual do rendimento não proveniente do trabalho, enquanto $(w \cdot t_{LF})$ nos dá o valor actual do rendimento proveniente do trabalho.

Uma vez que as decisões de lazer a longo prazo não são impostas ao casal e se admite que a criação de um filho é uma actividade de rendimentos constantes à escala, a restrição orçamental total pode escrever-se:

$$(p \cdot x + w \cdot t_k) K + (M + w \cdot t_{OA}) = V + w \cdot T$$

Se

$$P = (p \cdot x) + (w \cdot t_k)$$

e se

$$N = M + w \cdot t_{OA}$$

a primeira expressão simplifica-se e teremos

$$PK + N = V + w \cdot T$$

No primeiro membro da expressão anterior teremos o custo de oportunidade de um filho multiplicado pelo número de filhos e o valor, a preços correntes, dos recursos remanescentes ao casal depois de ter sido feita a provisão dos meios necessários às despesas exigidas pela criação dos filhos.

Por sua vez, o segundo membro da equação dá-nos o valor do rendimento potencial disponível para o casal. A expressão «do rendimento potencial» pode entender-se como uma representação, em termos de valor actual, da estimativa feita pelo casal da quantidade total de recursos que em princípio lhes estará disponível ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Determinada a restrição orçamental total, e sabendo que o casal pretende determinar a divisão do rendimento potencial entre a criação dos filhos e todas as outras actividades alternativas de modo a maximizar a sua utilidade, U , podemos esquematizar o modelo teórico de análise e estabelecer as condições de equilíbrio. Teremos então a maximização de

$$U = U(K, N)$$

sujeito à restrição

$$PK + N = I$$

sendo I o rendimento potencial e igual a $V + w.T$.

Introduzindo a restrição na função a maximizar, obtém-se:

$$L = U(K, N) + \lambda (PK + N - I)$$

Derivando em ordem a K , N e λ e igualando a 0, obtêm-se as condições de 1.ª ordem:

$$U_K + \lambda P = 0$$

$$U_N + \lambda = 0$$

$$PK + N - I = 0$$

Este sistema de equações pode ser resolvido em ordem a K , N e λ em termos das variáveis predeterminadas P e I —ou, em termos dos valores correntes dos preços e salários, p e w , e o termo V , correspondente ao rendimento não proveniente do trabalho—, de modo a encontrar a equação da procura, dada implicitamente por

$$K = K(P, I) = D(p, w, V)$$

A influência de factores não económicos na procura de filhos pode reflectir-se directamente, através de K , o número de crianças, ou indirectamente, através de P , o preço previsto para uma criança.

Se todos os casais, numa população, possuísem idênticas funções de utilidade, assim como idênticas funções de produção para crianças, a equação da procura podia estimar-se directamente se se dispusesse dos dados sobre os valores do preço e do rendimento. Mas, na realidade, conjuntamente com o impacte do preço e do rendimento potencial, existem diferenças sociais, psicológicas e factores institucionais que afectam a procura de crianças, surgindo assim uma nova equação da procura:

$$K = K^r(P, I)$$

em que os factores não económicos que afectam a procura de crianças e que variam sistematicamente na população de casais estão representados no indicador r .

Se estes factores sociais e normativos estão sistematicamente relacionados com o rendimento potencial do casal, o não incluir explicitamente uma medida do custo de oportunidade das crianças irá influenciar seriamente as tentativas de medição da elasticidade-rendimento da procura de crianças, quando se analisa o impacto do rendimento na fecundidade. Assim, não se pode concluir de imediato, tal como Judith Blake o fez, que a teoria micro-económica do consumidor não nos poderá fornecer o modelo apropriado para o estudo da motivação da reprodução. Antes, pelo contrário, a relação entre rendimento e dimensão familiar engloba uma vasta e complexa série de relações que deverão ser correctamente compreendidas.

2.6 A TEORIA DE ROBERT REPETTO¹³

Repetto considera que existem três níveis distintos na análise da questão do «valor e custo económico da criança»: o nível histórico, o nível dos comportamentos e o nível econométrico.

Ao nível histórico existem trabalhos que, incidindo principalmente no caso da Inglaterra, mostraram que, quando as taxas de participação das crianças na força de trabalho diminuem, a fecundidade também diminui. Por outro lado, existem estudos que pretendem provar que o inverso também é verdadeiro, ou seja, que o aumento da fecundidade nos fins do século XVIII e princípios do século XIX está relacionado com o alargamento das oportunidades de emprego para as crianças na nascente industrialização da Inglaterra. Também existem investigações que pretendem demonstrar a associação entre o declínio da natalidade e a legislação escolar obrigatória (também em Inglaterra, em 1830).

Ao nível dos comportamentos perante a fecundidade existe o trabalho de Eva Mueller¹⁴. Esta autora tenta demonstrar que, apesar da contribuição que as crianças podem dar na força de trabalho e na garantia de segurança na velhice dos pais, o activo económico de uma criança ao nascer, nas economias rurais, poderá ser negativo.

Ao nível econométrico desenvolveram-se numerosos estudos nos quais vários substitutos para o valor económico, ou preço relativo da criança, foram incluídos na lista das variáveis explicativas. Contudo, até ao momento, foram feitas poucas tentativas para transpor o problema da causalidade entre fecundidade, taxa de participação da criança na força de trabalho e escolaridade obrigatória.

Tendo em conta estes diferentes trabalhos, o autor elaborou uma teoria onde o valor económico da criança é essencialmente constituído pelo valor dos salários e dos serviços domésticos, não transaccionáveis no mercado, que esta presta ao agregado familiar. Também atribui valor às potenciais transferências monetárias que possam fazer para os pais no futuro. Quanto aos custos, apenas toma em consideração os bens de mercado necessários ao consumo da criança. Não toma em consideração o valor do tempo que a mãe dedica ao filho.

¹³ Robert G. Repetto, «Direct economic costs and value of children», in Ronald G. Ridker (ed.), *Population and Development: The Search of Selective Interventions*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1976.

¹⁴ Eva Mueller, «The Economic Value of Children in Peasant Agriculture», in Ronald G. Ridker (ed.), *Population and Development: The Search for Selective Interventions*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1976.

A hipótese básica da sua teoria é a seguinte: mantendo todas as outras variáveis constantes, um aumento no custo das crianças implica uma diminuição da fecundidade desejada.

De modo a tornar válida esta hipótese, pressupõe, em primeiro lugar, que se devem ter em conta as alterações no custo real das crianças, e não o nível absoluto dos custos. Se os custos ultrapassarem os ganhos, não só em termos de recursos financeiros, mas também ao nível de satisfação pessoal e psicológica para os próprios pais, mais uma criança será considerada como um passivo. Inversamente, se os ganhos ultrapassarem os custos, a criança será considerada um activo para o «orçamento» do agregado familiar. Desta hipótese resultaria que, neste último caso, a fecundidade desejada aumentaria.

Em segundo lugar, o custo total de cada criança será uma variável endógena no modelo de decisão. As variáveis exógenas serão os preços dos bens necessários à criação de um filho em relação aos preços de outros bens alternativos de consumo familiar.

Apesar da aparente simplicidade desta teoria, existem algumas dificuldades de carácter metodológico sobre as quais devemos reflectir:

Corre-se um sério risco de distorcer os resultados, ao atribuir causalidade a qualquer associação que se possa observar entre a dimensão da família e a participação da criança na força de trabalho; assim, numa família com baixos níveis de rendimento, um aumento na fecundidade poderá conduzir a um abaixamento nas taxas de frequência escolar e a um aumento nas taxas de participação da criança na força de trabalho; também a existência de amplas oportunidades de emprego para as crianças e o reduzido leque de oportunidades educacionais podem induzir as famílias a terem um mais elevado nível de fecundidade;

Um outro problema relaciona-se com a descrição correcta dos desfaseamentos na análise da interacção das variáveis de influência. O desfaseamento estrutural pode ser bastante longo e, por isso, um plano de investigação centrado numa análise da fecundidade a curto prazo, num quadro de desenvolvimento económico em acção, pode conduzir a uma falsa associação ou captar um fenómeno conjuntural muito diverso, uma vez que a dimensão familiar óptima depende em larga escala das normas comunitárias. Como sabemos, essas normas alteram-se muito lentamente ao longo do tempo;

Resta-nos referir ainda a questão posta pela elevada associação entre as variáveis explicativas. A não ser que a tendência de cada variável (rendimento *per capita*, taxas de matrícula nos estabelecimentos de ensino, taxas de participação na força de trabalho) possa ser avaliada separadamente, é impossível determinar qual delas move o sistema, isto é, qual de entre elas pode dar origem a uma diminuição da fecundidade total.

Em resumo, qualquer investigação deste tipo enfrenta os problemas inerentes a qualquer investigação econométrica: especificação da correlação, simultaneidade, modelos mal especificados, desfaseamento das estruturas, insuficiente controlo na hipótese, *ceteris paribus*; acrescentados pelos problemas específicos das investigações dos comportamentos e motivações

da fecundidade, em que o principal obstáculo continuará a ser a insuficiência de dados.

O trabalho de Repetto situa-se numa área de investigação tendente a encontrar soluções políticas concretas que possam influenciar a evolução da fecundidade. Mais propriamente, procura encontrar para os países com mais baixos índices de desenvolvimento (e que apresentam geralmente os valores mais elevados de filhos por casal) um modelo que possa explicar correctamente os factores determinantes da evolução da fecundidade.

Afasta-se um pouco da visão subjacente às anteriores perspectivas revistas no presente trabalho. Preocupa-se fundamentalmente com os custos e as recompensas em termos económicos directamente relacionadas com o número de filhos de um casal, deixando um pouco de lado os motivos e os ganhos de ordem social e psicológica. As condições do mercado de trabalho, de saúde e segurança social, assim como as perspectivas de educação características deste tipo de países, condicionam de certa forma todo o desenvolvimento da sua teoria.

Como consequência também do modo de vida destas populações, não é imputado qualquer valor ao tempo despendido, pelos pais, com a criança. Esta não inclusão deve-se não só à fraca participação das mulheres na força de trabalho — e à consequente impossibilidade de calcular o custo de oportunidade do tempo —, mas também à existência de uma família numerosa que normalmente coabita e está habitualmente disponível.

Finalmente, Repetto escolhe a análise econométrica, de modo a conseguir determinar os factores que permitam diminuir o nível de fecundidade desejado para o casal, através de uma política de intervenção cientificamente fundamentada.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, podemos concluir que a tentativa de teorizar os problemas inerentes ao valor e ao custo económico da criança é bastante recente. O grande pioneiro foi G. Becker, que propõe um modelo de análise numa altura em que a investigação empírica ainda era falha em conhecimentos.

O modelo de Becker, baseado na teoria neoclássica do consumidor, parte da hipótese básica de que o casal actua em conjunto de modo a maximizar a sua satisfação. Considera a criança um bem de consumo, em competição com todos os outros bens de consumo. De acordo com o seu ponto de vista, os custos conduzem a uma relação positiva entre rendimento e dimensão familiar desejada.

Foi em relação a esse modelo que reagiram os autores que apresentámos em seguida, fazendo assim com que tenhamos nos dias de hoje um conjunto de reflexões bastante úteis que facilitam o estudo empírico desta questão.

Se D. Freedman foi a pioneira a afirmar que o custo da criança é influenciado por aspectos socioinstitucionais e normativos, os quais Becker não teve na devida linha de conta, J. Mincer veio demonstrar que, além de os custos variarem com o rendimento, quando os analisamos, temos de referir não só os custos dos bens e serviços necessários à criação de um filho, mas também o custo de oportunidade do tempo despendido pelos

país, uma vez que o tempo também é considerado um recurso do casal e também limitado.

J. Blake apresenta pela primeira vez uma crítica de base sociológica à teoria de Becker. Considera difícil a aplicação da teoria neoclássica do consumidor à análise da fecundidade, porque existem constrangimentos de ordem social e institucional que tornam incoerente a analogia entre crianças e bens de consumo duradouros. Rejeita ainda, por este motivo, a relação entre aumento de rendimento e aumento do número de filhos desejado.

Para R. Easterlin, a decisão de fecundidade pode ser considerada o resultado de uma escolha dentro do agregado familiar em função dos recursos e com base nas preferências. Além de introduzir a perspectiva da escolha feita de acordo com um quadro de preferências determinado e os recursos disponíveis, propõe o conceito de rendimento permanente *versus* rendimento corrente.

B. Turchi teve o grande mérito de desenvolver uma teoria microeconómica da fecundidade, sem descuidar as formas sob as quais os factores não económicos, resultantes do contexto social e psicológico onde o casal se movimenta, podem influenciar a decisão de fecundidade. Se juntarmos a esta convergência de perspectivas o facto de ter tido em conta as principais objecções de carácter económico que os diversos autores teceram à teoria inicial de G. Becker, podemos afirmar que a sua teoria é de longe a mais completa.

R. Repetto define o que constitui o valor económico (valor dos salários e valor atribuído aos serviços domésticos não transaccionáveis no mercado) e o custo económico de uma criança (avaliação das despesas em bens de mercado e serviços necessários) nos países em vias de desenvolvimento onde ainda se verifica uma fecundidade bastante elevada. Conclui que uma política de intervenção ao nível da fecundidade deve assentar no princípio básico da relação inversa entre custo e nível de fecundidade: quando o custo económico da criança aumenta, a fecundidade diminui.

Nos estudos mais recentes de demografia económica, especificamente no campo da fecundidade, podemos encontrar as diversas perspectivas, mais ou menos desenvolvidas, de um ou mais dos autores referidos. Foi, no entanto, a de G. Becker a que mais seguidores conseguiu. Discípulos de Becker desenvolveram e reformularam o modelo original com uma ênfase tal que, até há poucos anos, a perspectiva ligada à Chicago—NBER se podia considerar a dominante. Existe um grande número de versões do modelo da Chicago—NBER; todavia, todas apresentam as seguintes características:

- Consideram a fecundidade uma decisão estática de optimização;
- Consideram como regra a maximização conjunta da satisfação (ou utilidade) do casal;
- No que respeita à criança, mantêm a relação de compromisso «qualidade» *versus* «quantidade»;
- Dão pouco relevo aos determinantes não económicos da fecundidade.

É lógico que tenha sido com base na teoria original de G. Becker que se tenham realizado a maior parte das investigações: foi o pioneiro e oferece-nos um modelo gerador de um conjunto de hipóteses passíveis de demonstração.

Porém, o reconhecimento da validade teórica das objecções levantadas principalmente por Easterlin e Turchi, acrescidas do facto de as diversas versões do modelo da Chicago—NBER não terem clarificado, entre outros aspectos, o impacto do rendimento na dimensão familiar desejada, tem levado um número cada vez maior de investigadores a mudar de rumo. A validade das críticas de J. Blake não implica necessariamente a inutilidade da perspectiva económica. Easterlin e, em particular, Turchi propõem modelos alternativos, que, apesar de eliminarem as principais objecções teóricas ao modelo de G. Becker, são ainda, de certa forma, bastante imperfeitos.

Um pouco por toda a parte começam a realizar-se investigações no sentido de testar e corrigir estes novos modelos¹⁵. Quase todos os centros de investigação em demografia passaram a incluir projectos específicos para estudar este tipo de problemas. Os resultados obtidos e publicados até à data são escassos e muito localizados. Só quando dispusermos de um maior volume de resultados poderemos saber se estes novos modelos devem ser rejeitados, se se aplicam apenas a uma determinada fase da transição demográfica ou se podem ser melhorados.

Neste contexto, tal como afirmámos na introdução deste trabalho, também gostaríamos de dar o nosso contributo com base na situação portuguesa. Não só ficaríamos em condições de comparar os nossos resultados com os dos outros países, como também ficaríamos na posse de conhecimentos fundamentais que permitem perspectivar com mais rigor a nossa fecundidade. Este maior rigor certamente que irá, por sua vez, permitir um melhor e mais correcto planeamento dos nossos recursos humanos. É um trabalho a fazer com urgência. Aqui fica o apelo.

¹⁵ Judith Blake, «Family size and the quality of children», in *Demography*, vol. 18, n.º 4, 1981.

Rodolfo Bulatao, «Values and disvalues of children in successive childbearing decisions», in *Demography*, vol. 18, n.º 1, 1981.

Harvey Leibenstein, «Economic decision theory and fertility behaviour», in *Population and Development Review*, vol. 7, n.º 3, 1981.

Boone Turchi, «The specification and estimation of models of fertility», in George Simons e Ghazi Farooq (eds.), *Research and policy issues in the analysis of fertility behaviour in developing countries*, 1981.

Boone Turchi, «Rural development policy and fertility: a framework for the analysis at the household level», in *Conference on Rural Development and Human Fertility*, University Park, 1983.